

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**CAPITALISMOS LOCAIS, CIDADANIA LOCAL E
TRANSLOCALIDADE: MUDANÇA ESCALAR DE BAIXO
PARA CIMA NA REGIÃO DO DELTA DO RIO DA PÉROLAS,
CHINA**

Alan Smart e George C.s. Lin

Boletim Gaúcho de Geografia, 41: 12-47, jan, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/42621>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

CAPITALISMOS LOCAIS, CIDADANIA LOCAL E TRANSLOCALIDADE: MUDANÇA ESCALAR DE BAIXO PARA CIMA NA REGIÃO DO DELTA DO RIO DA PÉROLAS, CHINA¹

ALAN SMART²GEORGE C.S. LIN³

RESUMO

As reformas econômicas chinesas mudaram profundamente a escala em que as coisas acontecem. Grande parte da literatura sobre escala tem se concentrado nas políticas de mudança escalar de cima para baixo. Menos tem sido escrito sobre iniciativas de mudança escalar de baixo para cima, foco deste estudo que distingue três localismos importantes. O capitalismo local aborda o capitalismo como subordinado a processos sociais e políticos locais que lhe oferecem condições fundamentais de existência. A cidadania local se liga a processos de concessão de direitos e de exclusão em sua realização local, e não através de estruturas nacionais. A translocalidade descreve as formas com que são feitas reivindicações sobre a fidelidade daqueles que possuem o capital, mas que residem em outros lugares, bem como à promoção do lugar através da construção de imagem [image-building] e de melhorias da infraestrutura física / social. Esses três localismos distintos se sobrepõem e interagem em uma variedade de formas para moldar uma nova ordem social e espacial na China pós-reforma. Um estudo detalhado das práticas de localismo na cidade-região de Dongguan revela as formas em que o surgimento do capitalismo tem sido dependente de conexões sociais pré-existentes e tem tomado como base vilas e distritos. Os direitos de cidadania são polarizados entre a população hukou local e os trabalhadores migrantes, independentemente do caráter nacional da rede de seguridade social e sem se ater à presença física dos indivíduos.⁴

-
- 1 Originalmente publicado como “Local Capitalisms, Local Citizenship and Translocality: Rescaling from Below in the Pearl River Delta Region, China” (DOI:10.1111/j.1468-2427.2007.00732.x) no vol. 31.2 de junho de 2007 do International Journal of Urban and Regional Research. Tradução e publicação autorizadas por autores, revista e editores. Traduzido pela MSc Walkiria Sidi. Revisado por Cecília Fischer Dias, Isabel Perez e Adriana Dorfman.
 - 2 Departamento de Antropologia da Universidade de Calgary, 2500 University Drive NW, Calgary, Alberta T2N 1N4, Canadá. E-mail: asmart@ucalgary.ca
 - 3 Faculdade de Geografia, Universidade de Hong Kong, Pokfulam Road, Hong Kong. E-mail: Gcslin@hkucc.hku.hk
 - 4 O trabalho de pesquisa realizado em Dongguan e descrito neste artigo foi apoiado por bolsas do Research Grants Council of the Hong Kong Special Administrative Region de Hong Kong, China (HKU 7666/05H) e do Social Sciences and Humanities Research Council (Canadá). Os autores agradecem a Byron Miller, Tang Wing-Shing, Adrian Smith, Laurence Ma e aos revisores anônimos por seus comentários críticos que ajudaram a melhorar a qualidade do artigo.

INTRODUÇÃO

Desde as reformas econômicas da China em 1978, a escala em que muitas coisas são feitas tem mudado. Muitas dessas mudanças foram implementadas de cima para baixo. Nos últimos anos, um corpus de literatura tem se desenvolvido cujo objeto é entender a política cambiante da escala e das mudanças escalares, ou re-escalares [*rescaling*], na China pós-reforma, com particular referência às questões administrativas formais e às suas consequências (Cartier, 2005; Ma, 2005; Shen, 2005). Menos tem sido escrito sobre as mudanças escalares de baixo para cima possibilitadas, mas não determinadas, por mudanças nacionais. As mudanças administrativas são de grande importância e têm efeitos em todo o sistema, uma vez que a descentralização tem sido um elemento crucial do desenvolvimento da China pós-Mao. No entanto, a re-estruturação administrativa é apenas um subconjunto de uma ampla variedade de processos re-escalares. É também a forma mais tradicional de mudança escalar, uma vez que pressupõe e enfoca as escalas como uma hierarquia constituída de unidades que se encaixam, dividindo todo o território nacional em áreas mutuamente excludentes. Outros processos re-escalares têm diferentes características espaciais. Eles podem seletivamente recrutar ou incluir atores e instituições distantes e/ou excluir agentes próximos para participar de um projeto recém-estabelecido, uma nova coligação ou identidade em construção. Dada a ênfase de cima para baixo nos trabalhos sobre escalas na China, vamos nos concentrar nos processos re-escalares de baixo para cima, ainda que reconheçamos que esses mesmos esforços locais se estruturam e se limitam por instituições nacionais e projetos de iniciativa central.

Delineamos três localismos que levaram a mudanças econômicas, sociais e espaciais no leste do Delta do Rio das Pérolas. Os capitalismo locais, a cidadania local e a translocalidade envolvem deslocamentos escalares relacionados ao desenvolvimento e aos processos culturais de delimitação [*bordering*]. Neste artigo, integramos nossas investigações aos diversos localismos, relacionando-os aos desenvolvimentos na teoria espacial e social, e sugerindo como eles nos permitem analisar a China de diferentes formas. Ao explorarmos a mudança escalar de baixo para cima na China contemporânea, esperamos também contribuir para o recente debate sobre a utilidade do conceito de escala. Marston *et al* (2005, p. 425) provocaram ampla discussão com a afirmativa de que, devido a fraquezas fundamentais, o conceito de escala deveria ser abandonado e substituído por abordagens alternativas que “evitem a pré-determinação de hierarquias ou a desvinculação entre elas”. Apesar de concordarmos com alguns aspectos dessa crítica, argumentamos que uma abordagem de médio alcance à escala pode evitar os pressupostos fetichizados no conceito mestre de escala (Leitner e Miller, 2007), ao mesmo tempo em que proporciona “novos conceitos espaciais que se debruçam sobre as materialidades e singularidades do espaço” (Marston *et al.*, 2005, p. 425).

Por “localismo”, referimo-nos às representações que enfatizam a fronteira espacial ou social de uma entidade, a qual é atribuída ligação, adesão, ou controle sobre uma região espacialmente limitada (não importando quão difusos esses limites possam ser), diante da qual outros elementos são representados como sendo “de fora”. Embora diferentes localismos possam ser identificados, os três localismos abordados neste artigo foram selecionados pela maneira pela qual eles desafiam entendimentos convencionais e têm sido importantes na geração de processos emergentes na China pós-1978.

Discutir “capitalismos locais” parte da consideração do capitalismo não como uma força poderosa, global e penetrante, mas como capitalismo subordinado a processos sociais e políticos locais que fornecem condições fundamentais de existência em circunstâncias como aquelas encontradas no início de reforma Chinesa (Smart, 1995; 2000; ver também Gibson-Graham, 1996). A “cidadania local” trata os processos de pertencimento, direitos e exclusão como realizados localmente, mais do que através de estruturas a nível nacional, resultando, entre outras coisas, na exacerbação das diferenças e desigualdades locais. A ideia de “translocalidade” foi mais bem elaborada por Michael Peter Smith. É um elemento chave em suas idéias sobre o urbanismo transnacional, que se centra em circuitos de comunicação transnacionais entrecruzados e práticas sociais transversais locais, *translocais* e transnacionais que “se reúnem” em lugares específicos em determinados momentos e entram na disputada política de fabricação de lugares [*place-making*] (Smith, 2001, p. 5, ênfase acrescentada). As estratégias translocalistas têm mudando gradualmente, passando de uma ênfase em fidelidades translocais entre os nativos do Delta para uma reestruturação do espaço local a fim de atrair capitalistas europeus e norte-americanos mais exigentes.

Todos os três conceitos localistas se sobrepõem em uma variedade de formas. Todos eles compartilham da informalidade e ambigüidade dos espaços sociais e regulatórios abertos e possibilitados por transformações mais amplas. A interação entre a localidade, a informalidade e a autoridade formal extralocal tem se modificado ao longo do tempo, com uma tendência para a rotinização das formas de cooperação econômica, particularmente depois das reformas de 1992 e da adesão da China à OMC (Yang, 2004). Cada localismo reconstitui práticas e espaços locais através de inovações escalares. A fim de melhor sustentar uma abordagem que, por vezes, tende a uma abstração excessiva, a segunda metade do artigo apresenta um estudo de caso de projetos de mudança escalar na cidade-região de Dongguan. Dongguan tem sido excepcionalmente bem sucedida na busca por formas de desenvolvimento localistas que frequentemente se situam na vanguarda do que é aceitável na China.

PROJETOS DE MUDANÇA ESCALAR

As escalas têm sido um tema de discussão vívido e produtivo em Geografia (Marston, 2000) e, mais tardiamente, em disciplinas correlatas, como na Antropologia, onde elas ajudam a compensar uma tendência ao dualismo local / global (Tsing, 2000). Trabalhos recentes sobre escala permitem uma mudança na perspectiva sobre regiões reificadas e outras unidades de área em direção a “geografias materiais atentas”, nas quais processos econômicos e sociais preservam e transformam as hierarquias espaciais (Cartier, 2002, p. 124). Mas há um perigo na adoção de perspectivas da moda. Será que a discussão sobre mudanças escalares simplesmente incentiva exercícios de re-classificação de fenômenos que poderiam ser adequadamente descritos em outros termos? O que uma análise escalar oferece que não pode ser obtido em outras perspectivas? Marston *et al.* (2005) provocaram uma série de discussões ao sugerirem que ela deva ser substituída por outros conceitos espaciais, tais como a “ontologia plana” encontrada na Teoria do Ator-Rede.

A atenção à escala é um produto da crescente sofisticação na teoria espacial, mas também está relacionada com a proeminência de projetos políticos que mudam a escala em que as atividades já haviam sido rotinizadas (Smith, 1996; Herodes, Wright, 2002; Leitner *et al.*, 2002). Os mercados individuais, as áreas de livre comércio e os padrões globais são exemplos, mas igualmente os são os sistemas locais de escambo, as “comunidades inteligentes” virtuais, ou os grupos nativos interconectados em todo o mundo para aumentarem a sua eficácia política (Gibson-Graham, 1996). Como parte dessas “sublevações massivas de relações inter-escalares entrincheiradas”, os espaços locais têm sido cada vez mais vistos como “arenas institucionais fundamentais para uma ampla gama de experimentos em políticas públicas e estratégias políticas” (Brenner, Theodore, 2002, p. 341). As transformações supranacionais têm limitado a capacidade das instituições nacionais de fornecer “alinhamentos regulatórios” adequados para resolver crises. Ao levar as questões para escalas superiores ou inferiores àquelas em que a regulação era anteriormente feita (por exemplo, a nação), novas ações podem ser facilitadas, ou outras reivindicações deslegitimadas (Miller, 1997; Uitermark, 2002; Wright, 2005). A importância dos espaços locais foi destacada na tese de James Scott (1998) de que há uma afinidade eletiva entre a alta modernidade e os interesses dos funcionários do estado, e que projetos estatais muitas vezes não conseguem melhorar as condições humanas porque eles não prestam suficiente atenção às pessoas nos lugares.

Ao passo que muitas mudanças no discurso e na prática escalar têm sido atribuídas à globalização, devemos desagregar os diferentes processos envolvidos na extensão de práticas e instituições ao redor do mundo. O aumento da velocidade com que as mercadorias, pessoas e idéias podem fluir ao redor do mundo facilita processos de muitos tipos diferentes. O que muitas vezes é visto como o núcleo dos processos de globalização (a liberalização

do comércio, investimentos e serviços) pode ser mais bem compreendido como neoliberalismo (Ong, 2006). Os efeitos do neoliberalismo devem ser entendidos em contexto, já que eles são estruturados pela “interação dependente de trajetória de programas neoliberais com paisagens institucionais e sociais herdadas” (Brenner, Theodore, 2002, p. 344). Para a China, o neoliberalismo é apenas um dos fatores fundamentais; certamente é menos significativo do que os processos internos de transformação econômica relacionados a práticas e sistemas chineses característicos (Ma, 2002; Lin, 2007). “Ver como o estado”, como coloca James Scott (1998), exige um novo conjunto de lentes a fim de entender as transformações que a China tem experimentado enquanto reincorpora-se às economias globais. O neoliberalismo tende a assumir a forma de mudanças escalares de cima para baixo pelos governos nacionais ou organismos supranacionais (por exemplo, o Banco Mundial ou o FMI), mesmo quando ele tenta “governar à distância” através do re-disciplinamento de indivíduos por meio de processos de mercado ao invés do controle direto do estado. Tais projetos tendem a manter a metáfora da escala enquanto níveis encaixados em hierarquias (localidade, região, nação, região supranacional, globo) mesmo quando eles redistribuem poderes, direitos e capacidades de uma escala para outra (Herodes; Wright, 2002, p. 7). A mudança escalar de baixo para cima tende a ser mais transgressora das hierarquias existentes (Herodes; Wright, 2002, p. 8). Novos projetos escalares de baixo para cima são mais propensos a unir pequenos agrupamentos de pessoas independentemente das escalas de área convencionais, ao mesmo tempo em que a maioria dos indivíduos nas localidades agora vinculadas é deixada de fora ou ignora sua existência (Hoefle, 2006).

A natureza de “de baixo para cima” ou “rizomática” é frequentemente presumida e considerada de antemão como libertadora ou resistente a formas de dominação. Isso não é necessariamente verdadeiro, certamente não para os casos que discutimos aqui. Os projetos localistas lançados em lugares como Dongguan são muitas vezes controlados pelas elites locais e implementados à custa dos moradores menos poderosos. As forças centrais às vezes podem ser mais “progressistas” do que as locais na China contemporânea. O’Brien e Li (2006) documentam como aldeões explorados realizam o que eles chamam de “resistência legítima”, mobilizando o apoio do centro para proteger os direitos que eles têm no papel, mas raramente na prática. Eles observam que as políticas que invocam as autoridades locais para respeitar os “direitos e interesses legais” dos residentes locais são caracteristicamente “flamantes no centro, quentes nas províncias, mornas nas cidades, frescas nos municípios, frias nos distritos e congeladas nos vilarejos” (Duan; Tang, *apud* O’Brien; Li, 2006, p. 28). Portanto, nós não pressupomos que *de baixo para cima* equivalha a “produzido pelas ações de pessoas comuns”, ainda que este seja um significado possível, ou fazemos suposições sobre a natureza progressiva ou libertadora de projetos localistas, nós simplesmente o toma-

mos como uma descrição empírica daqueles projetos de mudança escalar que começam com reivindicações de, ou a partir da, escala local.

Ash Amin sugere que a mudança escalar é frequentemente encarada como uma simples mudança nas formas de territorialidade, sem questionar suficientemente a vinculação entre tais processos. Uma análise escalar, ele afirma, sugere que as cidades são “sistemas econômicos localizados, agora enfrentando perfurações... através da sua integração em um espaço territorial mais amplo”, enquanto sua própria abordagem topológica ou a-escalar vê “a atividade econômica local como parte de, e inseparável de transações próximas e distanciadas” (Amin, 2002, p. 395). Uma localidade é menos uma região com seus limites, que “uma trama contingente e mutável de processos interativos” (Olds; Yeung, 1999, p. 535). A proximidade espacial pode ser menos importante do que o envolvimento o compromisso distantes.

Uma perspectiva topológica sugere que o “tempo-espaco é composto por várias camadas de relações costuradas, de modo que a proximidade e a distância medidas em espaco absoluto não são importantes em si” (Latham, 2002, p. 131). Substituir a escala por uma topologia estrita não nos leva longe o suficiente, no entanto. A disciplina matemática de Topologia é o estudo das propriedades invariantes de formas geométricas submetidas à distorção, o que implica que as entidades transmutadas ainda são de algum modo as mesmas. As abordagens mais radicais de mudanças escalares reconhecem que muitos projetos envolvem a bricolagem de trapos e remendos, com quebras e falhas unidas por imaginários projetivos mais do que alinhamentos concretos. Muitos elementos são virtuais, no sentido de que sua própria existência é incerta (ou sujeita a “negação plausível”). Na prática, a metáfora topológica não parece ser levada a sério. Latham (2002, p. 138) mostra como o uso da teoria do ator-rede (a origem da metáfora topológica) pode nos permitir ver as formas em que as relações entre entidades humanas e não-humanas podem gerar “ordenações promíscuas que escapam à idéia de escala” e são simultaneamente locais, nacionais e globais. No entanto, levada a esse ponto, onde tudo é conceitualmente re-mapeado como escala, será que a temática torna-se tão abrangente a ponto de ser de pouca utilidade prática, sendo uma maneira mais na moda de se referir a padrões de associação e promoção de lugares? Para retornar à topologia, uma vez que o conceito de escala é distorcido para além do fácil reconhecimento, o que resta dele?

Marston *et al.* (2005) sugerem que há três opções neste campo. A primeira é recuperar a clareza, retornando à associação de escala com a hierarquia territorial. Esta opção excluiria a maior parte do trabalho perspicaz que tem sido feito na área na última década (Collinge, 2006; Hoeffle, 2006; Leitner; Miller, 2007). A segunda é desenvolver “modelos híbridos que integram entendimentos verticais e horizontais de processos sócio-espaciais” (Marston *et al.*, 2005, p. 419). Sugerimos que quando a escala torna-se tudo, de redes a movimentos sociais, sua utilidade se perde nas confusões de um

conceito caótico. Sua terceira opção é “abandonar a escala hierárquica na íntegra e colocar em seu lugar alguma alternativa” (ibid, p. 420).

Defendemos uma combinação entre a primeira e segunda opções: para ser produtiva, a escala deve ser entendida além das áreas hierarquicamente posicionadas, mas ela não pode simplesmente tornar-se tudo. Parece que uma resposta apropriada para o debate é a adoção de uma abordagem intermediária em que o conceito é empurrado para além de sua definição tradicional estrita, mas não tão longe que tudo, incluindo redes e pias da cozinha, torna-se escala. Claro que não estamos afirmando que a análise escalar não é ser proveitosamente aplicada tanto às redes quanto às cadeias de *commodities* de pias de cozinha.

Tentamos demonstrar a utilidade de tais abordagens de médio alcance neste artigo ao restringirmos nossa discussão de escala para os casos em que uma rede de representação escalar de localismo é lançada sobre o espaço geográfico e social, distinguindo explicitamente o que está dentro do que está fora. Assim, temos que aceitar que a delimitação é, normalmente, um aspecto chave da escala (Marston *et al.*, 2005). Porém, os tipos de redes que discutimos não têm como base apenas o espaço local, uma vez que muitos dos que estão *no* local não são aceitos como sendo *da* localidade, enquanto muitos que estão distantes são considerados como *insiders* ou membros incluídos. Os projetos representacionais que serão discutidos abaixo muitas vezes se estendem ao redor do mundo, mas mantêm uma retórica de localidade, de natividade, de essências compartilhadas. Ao mesmo tempo, a condição partilhada de *insider* torna-se tangível através dos processos pelos quais os excluídos são construídos e rejeitados. O localismo tem uma posição particular no estudo das retóricas de escala: é a escala em que os níveis inferiores da escala são representados discursivamente como sem importância, ao mesmo tempo em que os níveis mais elevados, como a região, reconhecem implicitamente sua localização mediana, adicionando complexidades tanto para baixo como para cima. O que a localidade realmente é, uma aldeia, município, bairro, ou uma cidade inteira, varia. Naturalmente, os agentes de todos os níveis se esforçam para mobilizar recursos e aproveitar as novas oportunidades através das políticas de representação. Isto não é novo: o ufanismo urbano provavelmente existe desde que as cidades surgiram. Mas as condições sob as quais as localidades empreendem projetos promocionais têm se modificado, tanto na China quanto no Oeste. Ao passo que o localismo é influenciado pelo encolhimento experiencial do mundo, ele também pode envolver certos tipos de restrições aos movimentos. A noção de compressão espaço-temporal deve ser complementada com um conceito de pontuação de tempo-espaço, dado que a irregularidade de fluxos mais rápidos é interrompida por vários tipos de fronteiras, limites e restrições, um fenômeno que se tornou mais evidente com as novas agendas de segurança pós-11 de setembro (Smart e Smart, 2005). O localismo, entre outras coisas, mobiliza recursos que podem supe-

rar os obstáculos criados pelos níveis mais altos da administração. A China da Reforma tem, paradoxalmente, facilitado experimentações institucionais e “ajustes situacionais” (Moore, 1978) muito maiores do que é possível em sociedades capitalistas avançadas baseadas na lei. A gama de práticas que incidem localmente pode ser maior em muitos outros sistemas, apesar da persistência de uma hierarquia política autoritária, de “mercado leninista”.

As discussões sobre mudança escalar sob o neoliberalismo são relevantes para a transformação econômica da China, mas dadas as grandes diferenças contextuais, os analistas têm de ser muito cuidadosos na aplicação dos termos deste debate. O neoliberalismo teve um impacto sobre as reformas chinesas, especialmente nas mudanças estruturais empreendidas para permitir a adesão à OMC, mas as reformas tiveram suas próprias características distintivas fundamentadas na política econômica comunista chinesa. Os projetos de mudança escalar de baixo para cima que são o foco deste artigo também diferem significativamente do empreendedorismo urbano ocidental (Leitner; Sheppard, 1998). As diferenças não se encontram principalmente nas motivações (em ambos os contextos, podemos ver a luta por lucros e receitas do governo), nem em meios (coalizões de crescimento que surgem para integrar iniciativas público-privadas), mas nas restrições e nos recursos constituídos pela economia política, pelo sistema de direitos de propriedade, e pelas convenções sobre como as coisas devem ser feitas.

A facilitação de um conjunto diversificado de respostas locais à liberalização tem sido crucial para o sucesso das reformas da China. Voltando à crítica de Marston *et al.* (2005), não se trata simplesmente de uma resistência do estado chinês aos imperativos estruturais de re-estruturação neoliberal global, mas de uma situação internamente complexa que se relaciona criativamente com tais forças em uma miríade de formas locais complexas ligadas a projetos locais e translocais, e que atrelam as reivindicações do mercado e o “tornar-se global” ao estado central, aos vizinhos, aos trabalhadores migrantes explorados, e assim por diante

TRÊS LOCALISMOS CAPITALISMOS LOCAIS

As reformas econômicas da China seguiram um caminho indireto, ambivalente e de aceitação gradual do que era anteriormente proibido (Smart, 1998; Smart; Hsu, 2004). O pragmatismo econômico e o simbolismo político entraram em conflito, de modo que muitas inovações foram inicialmente realizadas tacitamente. As coisas podiam ser feitas de maneira muito diferente de uma localidade para outra. Os direitos de propriedade eram profundamente ambíguos (Zhu, 2002; Ho; Lin, 2003). A transformação da economia chinesa envolveu considerável experimentação local, seguida apenas tardiamente por mudanças formais.

Os padrões que se desenvolveram no campo depois de Mao foram descritos como “corporativismo estatal local” (Oi, 1992). O corporativismo local se centra nos governos locais, que gerem e investem em empresas com fins lucrativos, e no modo como alguns recursos, tais como o acesso a empregos, a participação nos lucros ou a melhoria nos direitos de bem-estar são distribuídos para os membros de um vilarejo (Lin, 1995). O parentesco ou as redes sociais fornecem um quadro fora do mercado, a partir do qual a localidade se envolve em transações de mercado para acumular capital coletivo. A existência de algumas semelhanças, mas também de diferenças consideráveis entre estas descrições e o que estava ocorrendo no Delta do Rio das Pérolas incentivou a noção alternativa de “capitalismos locais” (Smart, 2000). Estudos recentes de diferentes trajetórias de desenvolvimento local de economias de nível municipal na região do delta demonstraram o crescimento de capitalismos locais em diferentes contextos locais, históricos e institucionais (Lam, 1999). Unger e Chan (1999) distinguem quatro tipos de economia política rural local com base em quem possui a maioria das empresas locais. O conceito de corporativismo local parece ser demasiado específico para cobrir a variação descrita por Chan e Unger e outros, e deve ser aplicado apenas aos casos em que o governo local está ativamente envolvido como gestor das empresas, ao invés de simplesmente funcionar como um rentista.

O capitalismo local refere-se a práticas capitalistas possibilitadas não tanto pela infra-estrutura social e legal do estado-nação, mas pelas condições locais de existência, pré-condições que podem variar consideravelmente de um lugar para outro. Ainda que, de certa forma, todo o capitalismo seja local – mesmo as variedades aparentemente mais sem lugar tais como as finanças globais (Thrift, 1994) – existe uma diferença qualitativa quando a garantia dos direitos de propriedade é constituída, principalmente, através de processos locais e informais, ao invés de depender de instituições de caráter mais geral e formal (Smart, 2000). O conceito de capitalismos locais nos encoraja a considerar o capitalismo, sob certas condições, como subordinado e dependente da economia local e como condicionado pelo apoio das relações sociais, e não como uma força dominante penetrando outras formas de vida (ver também Gibson-Graham, 1996). A partir da perspectiva de baixo para cima da pesquisa etnográfica, as empresas capitalistas da China reformada foram muito expostas aos riscos do contexto socialista e contaram com relações sociais localmente situadas a fim de tornar suas operações viáveis. A rotinização de práticas capitalistas a partir de 1992, e especialmente a partir da adesão à OMC em 2001, reduziu as incertezas e minimizou a necessidade de apoio político local. No entanto, em muitos aspectos a constituição local, ao invés da nacional, das regras do jogo continua a ser muito mais importante na China, especialmente no campo, do que nas economias capitalistas avançadas.

A dependência de conexões e alianças teve um forte impacto espacial, com o investimento de Hong Kong se concentrando bem menos nas gran-

des cidades do que outros investimentos estrangeiros (Lin, 1997). Shen *et al* (2001) constataram que o investimento direto estrangeiro, somado ao de Hong Kong, no Delta do Rio das Pérolas reduziu a desigualdade regional, diferentemente de muitos estudos em outras partes do mundo. A ligação entre emigração e investimentos de Hong Kong/Taiwan ajuda a explicar isso. Uma vez que as regiões mais pobres frequentemente tiveram maiores taxas de emigração, a mobilização de investimento de chineses étnicos fora da China pode gerar investimento nas áreas mais pobres, que de outra forma não atrairiam muito interesse (Fitzgerald, 1996). No entanto, quando as condições de investimento são particularmente ruins, o patriotismo pode resultar em contribuições de caridade, em vez de investimento.

Existe um conflito de escolha a ser feita entre os sentimentos de obrigação para com a terra natal e a viabilidade de um negócio em localidades que frequentemente sofrem de falta de infra-estrutura (Smart; Smart, 1998; 2000). Conforme os custos do patriotismo se elevam, ou as pressões competitivas aumentam, ou melhores oportunidades se desenvolvem em outro lugar, os empresários podem abandonar os seus investimentos ou transferi-los para locais mais rentáveis. O capitalismo local pode, assim, ser uma etapa instável e transitória. Sua persistência se deve, em parte, às autoridades locais que podem manter um certo equilíbrio entre a orientação dos capitalistas para o lucro e um senso de obrigação por parte de alguns investidores, ou pelo menos algumas preocupações para com seu prestígio na localidade (Cox, 1999). O arranjo de uma rede de inclusão e interesses compartilhados permite a construção de condições locais que podem divergir das regras do jogo nacional.

CIDADANIA LOCAL

O compromisso e a redistribuição estão no centro da “cidadania local”. A idéia combina o reconhecimento da maneira com que o sistema de registro domiciliar característico da China agrega os elementos coletivistas / exclusivistas de instituições sociais fundamentais como o *danwei* (empresa) e o vilarejo na produção de um sistema em que os direitos de cidadania são determinados localmente. Muitos moradores podem não ter a cidadania local, ao passo que a cidadania nacional lhes oferece poucas proteções ou direitos (Smart; Smart, 2001).

A descoletivização minou o sistema de seguridade social da era maofista. A migração aumentou consideravelmente, mas o sistema de registro domiciliar fez com que o acesso aos serviços de bem-estar tenha sido frequentemente fechado aos *outsiders*, às pessoas de fora (Solinger, 1999). A zona rural ainda é em grande parte deixada à própria sorte no financiamento de bem-estar e serviços sociais. Uma vez que o fosso entre os municípios mais ricos e os mais pobres é substancial e crescente, a disparidade na prestação

de serviços sociais também cresceu. As regras sobre quem pode acessar esses serviços têm em grande medida sido constituídas localmente e favorecem os nascidos no local. A diferença entre migrantes das cidades e residentes urbanos tem diminuído nos últimos anos através da rápida erosão dos privilégios urbanos (em vez da extensão de serviços e direitos para os imigrantes), mas nas zonas rurais ricas, o bem-estar local excludente teve, em muitos casos, uma grande expansão.

O que explica se os governos locais se voltam para a extração predatória, investem em empreendimentos produtivos ou infra-estrutura facilitadora, ou distribuem recursos para melhorar o bem-estar local? A tipologia de Unger e Chan (1999) sugere que o fator mais importante são a existência e as características de posse das indústrias rentáveis. Um estudo recente de Lily Lee Tsai (2002) indica que a riqueza por si só não pode explicar as estratégias adotadas na prestação de serviços públicos. Vilarejos com associações de templo ativas e organizações de linhagem fortes evidenciaram ser mais propensos a evitar a imposição de políticas impopulares devido à eficácia da desaprovação social. Ela também descobriu que as associações de templo eram freqüentemente utilizadas, nesses casos, para coletar contribuições para projetos comunitários. As práticas mais predatórias foram encontradas nas aldeias que não tinham nem instituições sociais ativas no vilarejo, nem assembleias de representantes eleitos pela comunidade. Quando existem redes sociais que “incorporam tanto as autoridades da vila quanto os cidadãos, elas restringem o comportamento predatório e facilitam projetos públicos que de outra forma não poderiam se tornar realidade” (Tsai, 2002, p. 26).

O eixo predação /desenvolvimento da governança local é em boa parte determinado pela extensão e origem da riqueza local. Outro fator relevante parece ser a capacidade da opinião social em efetivamente limitar o comportamento oportunista dos agentes locais e incentivá-los a direcionar seus esforços por rentabilidade, ao menos parcialmente, em nome de uma vantagem mais ampla (Smart, 1999). A provisão de bem-estar à cidadania local resulta, em parte, das restrições à liberdade de ação das autoridades locais e dos investidores externos. Os capitalismo locais, por exigirem alianças locais e apoio político, compartilham também a necessidade de dedicar recursos para fins outros do que os esforços puramente econômicos, seja na forma de propinas, de oferta de melhores condições de trabalho aos nativos ou de contribuição para iniciativas locais (Smart; Smart, 1993).

TRANSLOCALIDADE

Michael Peter Smith criticou tanto as perspectivas descendentes sobre a globalização, em que estruturas poderosas transformam tudo em seu caminho, quanto a valorização acrítica da localidade como um lugar de resistência e hibridismo. Como alternativa, Smith sugere o urbanismo transnacional, que se baseia na ênfase clássica sobre o urbanismo como um lugar onde estilos de vida heterogêneos são justapostos e novas possibilidades emergem. As justaposições fundamentais podem não ser mais aquelas espacialmente adjacentes. Como forma sintomático, o urbanismo transnacional tem a “translocalidade”: espaços sociais que ligam indivíduos, redes e comunidades à distância. Ele oferece esta análise como uma crítica à literatura do transnacionalismo, apontando que a maioria dos fenômenos descritos como transnacionais poderiam ser melhor entendidos como “translocais”. Ao invés da manutenção de laços por conexão de migrantes, por exemplo, Canadá e China ou México e Estados Unidos, eles constroem com mais precisão as ligações entre Taishan e Vancouver, ou Oaxaca e San Diego, ou mesmo dentro de bairros nessas regiões.

Smith desafia o dualismo global / local, sugerindo – como Marston *et al.* (2005) – que até mesmo teóricos urbanos sofisticados como David Harvey e Manuel Castells têm adotado uma estrutura dualista que “privilegia o local como um espaço de autenticidade e comunidade”, enquanto associam o global com o abstrato, universal e dinâmico (Smith, 2001, p. 121). Em contraste, ele explora as maneiras pelas quais “redes globais e transnacionais são constituídas por suas inter-relações com o local, derivando disso seu enraizamento [*groundedness*] no local”, e vai além de binários para descrever as complexas “interações e processos sociais em múltiplas escalas espaciais que constituem as complexas políticas de fabricação de lugares [*place-making*] em condições de urbanismo transnacional” (*ibid.*, p. 122). O calor humano e a solidariedade podem estar associados às ligações translocais enquanto a justaposição espacial pode ser mais ligada ao valor de troca no local. Evitar uma visão nostálgica das comunidades versus sistemas mais amplos deve nos encorajar a identificar e traçar solidariedades e compromissos onde quer que eles possam levar.

A translocalidade nos desafia a mudar o foco para além da proximidade local e a considerar formas mais amplas de conexão e compromisso. As transações distanciadas não são apenas aquelas motivadas pela busca do lucro, mas podem estar relacionadas com servir à sua família ou comunidade ao se aventurar no exterior e expandir horizontes. O capitalismo local pode ser visto como uma modalidade distinta de translocalidade em que o capital externo se baseia em coalizões locais, na qual os investidores com relações sociais e afinidades culturais estão mais dispostos a empreender esforços arriscados. Conforme uma cidade se desenvolve e as condições para o investimento tornam-se normalizadas, este tipo de investimento transnacional

torna-se menos necessário, e as relações com o capital translocal podem ficar mais focadas na infra-estrutura física adequada e nas condições culturais que tornam o investimento mais atraente. A construção de imagem, tal como descrita na literatura da cidade empresarial, torna-se cada vez mais importante que os apelos à lealdade e ao patriotismo dos emigrados capitalistas. Nosso estudo de caso de Dongguan irá analisar cuidadosamente a natureza dessa mudança de capitalismo local socialmente mediado em direção a formas menos inseridas de estratégias de desenvolvimento translocais.

COMPARAÇÃO

Esses localismos poderiam ser comparados a partir de muitas perspectivas diferentes. Nós nos concentramos em seis dimensões. Não afirmamos que estas são as únicas dimensões de diferença, apenas que estas são dimensões relevantes que emergiram a partir da consideração de distintas constelações de ação e representação localistas. Cada uma é considerada em termos de compromisso (para quê), exclusão (quem é deixado de fora), extensão espacial (quão amplo), áreas de informalidade (o que é camuflado), que escalas mudam (é re-escalado), e onde ela se encaixa em um espectro entre estados de predação e de desenvolvimento.

O compromisso é importante, tanto em termos de recursos chaves que podem ser utilizados e vinculados a uma determinada localidade a fim de promover o desenvolvimento, quanto na sua capacidade de “fixar” socialmente capital habitualmente tendente à mobilidade. Na *translocalidade*, os compromissos de emigrantes para com seus lugares de origem foram invocados por parentes e funcionários públicos, afirmando que a distância não dilui a relação continuada e a lealdade que os emigrantes devem ter para com seu lugar natal. O patriotismo é forjado em termos de obrigações para uma localidade ao invés da nação. Os *capitalismos locais* facilitaram ligações translocais pelo investimento recíproco com sensibilidade para os problemas enfrentados pelo empreendimento capitalista. Os compromissos desses funcionários para aumentar a prosperidade local subscreveram acordos que freqüentemente iam bem além dos tipos de práticas capitalistas explicitamente aceitas pelo governo central. Na *cidadania local*, os residentes foram incentivados a facilitar esses arranjos, ou pelo menos a não resistir a eles, em nome do socialismo, permitindo, por exemplo, que suas terras coletivas fossem reincorporadas para fábricas estrangeiras, por novas formas de redistribuição, bem como por um compromisso com o desenvolvimento local.

A exclusão destaca outras mudanças escalares. Com os *capitalismos locais*, a coalizão que estabelece as condições para o funcionamento do capitalismo na China liga chineses emigrados e autoridades locais; os moradores locais desempenham um papel de apoio, e os migrantes são meras fontes de trabalho a ser explorado. Os níveis mais altos do estado são cuidadosamente

excluídos da coalizão capitalista local a fim de “fazer as coisas de forma eficiente”. Os migrantes são explicitamente excluídos da redistribuição ampliada que é a principal característica de *cidadania local*. Os moradores locais que têm registro domicíliar urbano também são parcialmente excluídos, uma vez que com a sua perda de status rural eles também lançam reivindicações sobre a terra coletiva, a fonte de dividendos muitas vezes substanciais que são redistribuídos para os aldeões. Na *translocalidade*, a pré-eminência de fidelidades localistas significa que as demandas potenciais de localidades não-relacionadas sejam desconsideradas, assim como as reivindicações de igualdade de tratamento entre os indivíduos, sendo substituídas por paternalismo e exploração. Os investidores e os parceiros locais discutirão quantas reivindicações sobre os lucros das empresas podem ser excluídas ou resistidas.

Em termos da extensão espacial do domínio incluído, o *capitalismo local* criou condições específicas de existência para operações capitalistas, mas essas condições tendem a variar entre os diferentes condados ou municípios. Os arranjos em um condado ou vilarejo não podem ser estendidos para um local contíguo na mesma forma, demandando pelo menos um novo conjunto de negociações. A diversidade local de condições de apoio era uma característica distintiva da China do início da reforma. A *cidadania local* só cobre uma parte do espaço social dentro de uma localidade, deixando de fora os emigrantes, mas também pode trazer não-residentes à cena: residentes nascidos no lugar residindo temporariamente em outro lugar retêm certas reivindicações residuais quanto a direitos, pelo menos se eles retornam e não assumiram status urbano de *hukou*. A extensão espacial da *translocalidade* ultrapassa as fronteiras nacionais, mas a capacidade de mover-se e operar dentro deste espaço transnacional constituído é muito pequena e assimétrica, de modo que aqueles que são de Hong Kong ou Taiwan têm uma capacidade muito maior para operar dentro da China do que seus pares de fazê-lo fora da China (Smart; Lin, 2004; Lin; Tse, 2005).

A informalidade tem sido uma característica fundamental dos localismos. Nos *capitalismos locais*, os negócios informais sobre as relações de propriedade e práticas de governança foram de grande importância, ao passo que na *cidadania local*, a adesão às diretrizes nacionais, como a Lei do Casamento, foi muitas vezes informalmente distorcida na determinação de direitos. As obrigações existentes dentro de vínculos sociais na *translocalidade* eram mais frequentemente informais que contratuais. A mudança escalar tomou a forma de localização nos *capitalismos locais*: o controle sobre a cooperação econômica foi localizado tanto a partir das normas capitalistas globais quanto das expectativas do estado central chinês. Ao mesmo tempo, esta localização criou pré-condições nas quais as localidades anteriormente pobres puderam aumentar a sua capacidade de operar na arena do mercado global. Na *cidadania local*, o elemento-chave da mudança escalar foi a exclusão, apesar da proximidade de trabalhadores migrantes, criando um espaço social lo-

cal profundamente desigual. Em contraste, a inclusão, apesar da separação, foi o movimento chave na *translocalidade*: foram construídos espaços sociais transnacionais que estenderam as reivindicações de status local compartilhado através de fronteiras nacionais e, muitas vezes, de grandes distâncias.

Em termos práticos, o eixo predação / desenvolvimento pode ser a dimensão mais importante. Por que deveriam governos locais, insuficientemente presos a restrições legais ou burocráticas, contribuir para a riqueza geral? Sob certas condições, os *capitalismos locais* tem sido criadores impressionantes de nova riqueza, apesar de gerarem externalidades negativas como a poluição, a corrupção e a exploração de pessoas de fora. A cidadania local tem se concentrado na redistribuição da riqueza, produzindo um padrão característico de “estado local rentista” e de populações locais dependentes de rendimentos em áreas onde o capitalismo local, ao invés do empreendimento organizado pelo governo local, tem sido predominante. A *translocalidade* pode ser vista nessas áreas tanto como criadora de riqueza, através da facilitação de complementaridade de fatores, quanto como redistributiva. No entanto, ela também pode ser vista como exploração dos laços locais, com os capitalistas emigrantes usando seu status de nativo para encontrar maneiras de quebrar as regras e explorar a mão-de-obra barata, ao passo que as autoridades exploraram um sentimento de patriotismo para espremer lucros de investidores externos.

CAPITALISMOS LOCAIS, CIDADANIA LOCAL E TRANSLOCALIDADE EM DONGGUAN

Apesar de não ser típico da situação geral na China, Dongguan se destaca como um valioso laboratório para o estudo das mudanças na economia espacial da China sob a globalização, levando aos limites as tendências encontradas em outros lugares. Iniciativas de mudança escalar tem sido uma parte crítica do sucesso da região. Dongguan é uma cidade-região onde a influência do capitalismo global foi sentida mais cedo e, sem dúvida, com mais força do que em qualquer outro lugar no país. Com uma área de 2.465 km² e uma população de 1,66 milhões em 2005, Dongguan é um município de médio porte, e distingue-se pelo seu papel de liderança na atração de investimentos estrangeiros e exportações. A tabela 1 lista a contribuição desproporcional de Dongguan para a província e para o país em exportações e investimento estrangeiro. Com uma população total (incluindo os trabalhadores migrantes) de 8% e uma área menor de 2% do total provincial, Dongguan contribuiu com 17% das exportações da província e atraiu mais de 23% do investimento estrangeiro utilizado. Entre as 661 cidades da China (excluindo Hong Kong e Macau), Dongguan ocupou a quarta posição (ao lado de Shenzhen, Xangai e Suzhou) nas exportações e foi a nona na atração de investimento estrangei-

ro direto em 2005. Um estudo das transformações numa economia regional externamente orientada como Dongguan oferece uma visão sobre como o capitalismo global interage com as condições sociais e políticas locais.

Tabela 1 Indicadores econômicos básicos de Dongguan, 2005

	Dongguan	Dongguan em % de Guangdong	Dongguan em % da China
População total (milhões)*	7,51	8,17	0,57
Área (mil km ²)	2.465	1,39	0,02
PIB (bilhões Yuan)	218,2	9,75	1,20
Exportação (bilhões \$)	40,9	17,18	5,37
Investimento estrangeiro utilizado (bilhões \$)	3,7	22,75	4,68

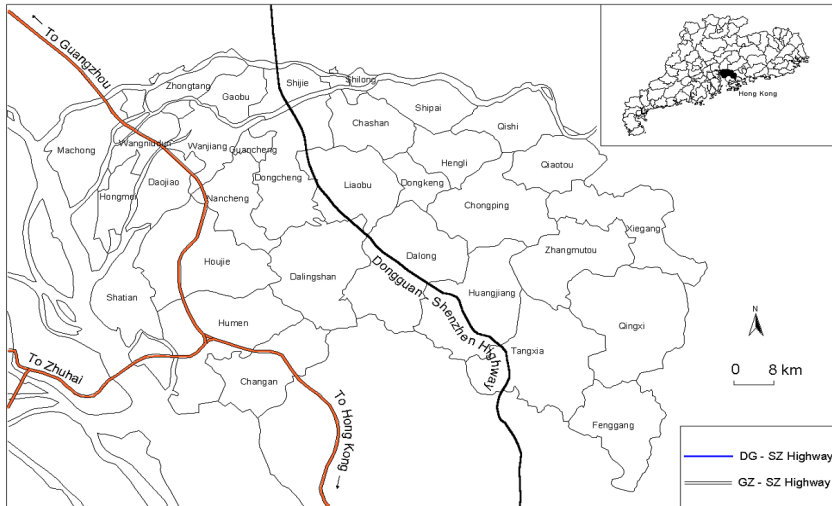
* A população total inclui 1,66 milhão de moradores e 5,85 milhões de trabalhadores migrantes. O quinto recenseamento nacional da população, em 2000, revelou que Dongguan tinha uma população total de 6,44 milhões dos quais 1,4 milhões tinham registro de residentes locais e os restantes 5,04 milhões eram população temporária. Esta população total era 7,56% da população total em Guangdong (85.220.000) em 2000.

Fonte: Bureau de Estatística de Dongguan (2006, p. 495)

Dongguan se caracteriza por um volume extraordinariamente grande de trabalhadores migrantes que superam a população local. O censo de 2000 revelou que Dongguan tinha uma população temporária de mais de 5 milhões, mais de três vezes maior do que a de residentes permanentes. Mais da metade (54%) da população migrante era do sexo feminino e a maioria (84%) viera de outras províncias (GDPCO, 2002, p. 16-17). A cidade-região é administrativamente uma economia regional composta por um centro urbano de 14 km² e por outras 31 cidades sob sua jurisdição (Figura 1).

Antes das reformas, Dongguan era um condado rural que tinha na agricultura sua base econômica. O sucesso inicial na atração de investimento estrangeiro e na promoção das exportações desde 1979 elevou a sua posição administrativa para município de nível distrital em 1985 e, em seguida, para município prefetural em 1988. Apesar dessas mudanças administrativas, as economias locais nos níveis das aldeias e vilarejos têm desempenhado um papel não menos importante do que a do centro municipal (Chen, 2005). Administrativamente e politicamente, Dongguan ilustra como as mudanças na governança local envolveram a reorganização das relações de poder entre várias escalas administrativas e geográficas, integrando-se rapidamente na economia mundial capitalista.

Figura 1 - Localização e unidades administrativas de Dongguan



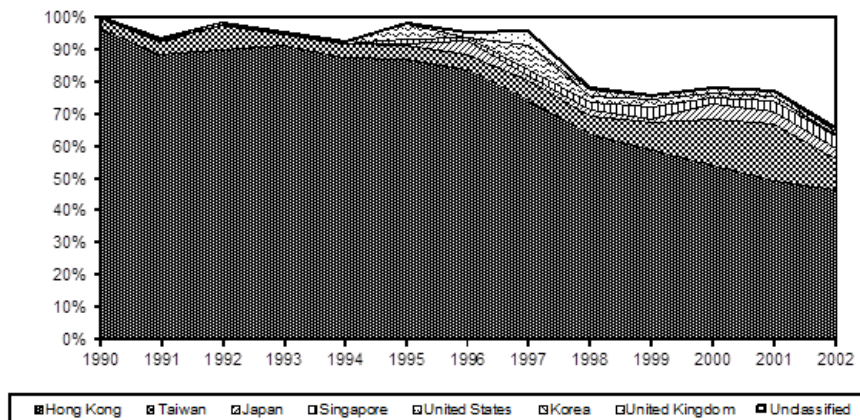
Elaboração dos Autores

CAPITALISMOS LOCAIS

Dongguan foi uma das primeiras localidades chinesas a se articular ativamente com os mercados globais, mediada principalmente por Hong Kong. Esta articulação foi condicionada pela situação geográfica, cultural e política distinta de Dongguan. Geograficamente, Dongguan está situada na fronteira do território socialista, imediatamente ao lado da Zona Econômica Especial de Shenzhen e em estreita proximidade com o enclave capitalista de Hong Kong (Figura 1). Esta localização de fronteira não trouxe benefícios para Dongguan sob o período Mao, porque era considerada vulnerável à contaminação do capitalismo. Na época da reforma, a proximidade geográfica de Hong Kong tornou-se uma grande vantagem para Dongguan. O alto número de emigrantes da região para Hong Kong transformou-se de uma fonte de suspeita a um recurso fundamental para facilitar a integração com a economia global. Os moradores de Dongguan tinham cerca de 653.729 compatriotas (*gang'ao tongbao*) em Hong Kong e Macau e outros 217.853 parentes (*huaqiao*) que viviam no exterior (Dongguan Editorial Yearbook Comittee, 2001, p. 185). Os laços pessoais pré-existentes facilitaram os empreendimentos capitalistas (Smart; Smart, 1991; Leung, 1993; Hsing, 1998). Dongguan também foi uma das primeiras áreas onde as pessoas locais puderam receber transmissões de rádio e TV de Hong Kong, proporcionando conhecimento sobre a natureza dos mercados e sociedades capitalistas. Finalmente, a atitude empreendedora e flexível dos quadros locais em Dongguan possibilitou uma rápida conversão às estratégias orientadas para a exportação (Chen, 2005).

A cooperação econômica entre empresas chinesas e estrangeiras toma inúmeras formas, incluindo empreendimentos conjuntos (*hezi jingying*), empreendimentos cooperativos (*hezuo jingying*), empreendimentos totalmente estrangeiros (*duzi jingying*), zonas de processamento de exportação (*lailiao jiagong*) e comércio de compensação (*buchang maoyi*). Dongguan é pioneira no modelo de “três fornecedores com uma compensação” (*sanlai yibu*) para o processamento de exportação. Este modelo envolve o contratante estrangeiro, principalmente de Hong Kong, que fornece matérias-primas, equipamentos e projetos, enquanto o parceiro de Dongguan fornece trabalho, terrenos, prédios, energia elétrica e outros serviços locais. Uma “taxa de processamento” (*jiagongfei*) é paga pelo contratante para Dongguan. Estes acordos flexíveis, combinados à proximidade geográfica e aos fortes laços sociais com Hong Kong, permitiram o rápido crescimento das exportações para mercados capitalistas desenvolvidos. Poder confiar nas autoridades locais, ou pelo menos nos interesses destas, foi uma condição essencial para o investimento estrangeiro nos primeiros anos, quando as garantias nacionais para práticas capitalistas estavam longe de ser completas ou seguras.

Figura 2 Investimento estrangeiro utilizado em Dongguan por origem, 1990-2002



Fonte: Bureau de Estatística de Dongguan, 2003, p. 282

A natureza do capitalismo local em Dongguan e sua dependência de relações sociais pré-existentes é indicada pelas fontes de investimento estrangeiro utilizado. A Figura 2 ilustra a mudança na composição do investimento estrangeiro utilizado em Dongguan. Até meados da década de 1990, quando a maior parte do investimento estrangeiro vinha na forma de *sanlai yibu*, uma esmagadora maioria do investimento estrangeiro era de Hong Kong. As autoridades locais estimam que cerca de metade dos contratos que assinaram, durante a década de 1980, foram com os seus compatriotas de Hong Kong,

muitos deles ex-moradores de Dongguan que fugiram para Hong Kong durante os anos desastrosos do Grande Salto para Frente e da Revolução Cultural. Desde meados da década de 1990, mudanças significativas ocorreram nas fontes de investimento estrangeiro. Apesar de Hong Kong continuar a ser a fonte mais importante, sua participação diminuiu de 84% em 1996 para menos de 50% em 2002. O saldo foi para Taiwan, Japão, Cingapura, Estados Unidos e Coréia do Sul (figura 2). Em termos absolutos, no entanto, o investimento de Hong Kong continuou a crescer.

A dependência das forças do mercado global em processos locais pode também ser ilustrada pela a reconfiguração escalar da produção para exportação nas aldeias. A Figura 3 analisa a mudança na composição da produção industrial.

Figura 3 Produção industrial de Dongguan por níveis administrativos, 1978-2002



Fonte: Bureau de Estatística de Dongguan, 2003, p. 151

Nota: Os dados são de 1990, em preços constantes sem a distorção da inflação.

Em 1978, as indústrias de propriedade dos governos municipais e distritais geraram a maior parte (86%) da produção industrial. Nos 14 anos seguintes, as indústrias localizadas e operadas no nível da aldeia expandiram-se tanto que a sua cota de produção industrial total aumentou de apenas 14% em 1978, para 46%. O que vem ocorrendo em Dongguan envolve uma reconfiguração escalar da produção gerada a partir da base. O fato de que o desenvolvimento industrial está amplamente espalhado entre muitas aldeias sem qualquer concentração no centro urbano já foi descrita pelos habitantes locais como “a disseminação de numerosas estrelas no céu sem uma grande lua brilhando no centro” (*mantian xingdou qeshao yilun mingyue*).

Esse padrão de industrialização para a exportação focado no nível basilar [*grassroots*] requer explicação. Para os investidores de Hong Kong, Taiwan

e outros países no exterior, a subcontratação e a terceirização industrial em Dongguan servem principalmente para reduzir os custos. Enquanto o controle e as principais funções de produção, tais como o design, são mantidos nos países de origem, as tarefas tecnologicamente menos sofisticadas são terceirizadas. Este tipo de produção não precisa estar localizado no centro urbano, onde a infra-estrutura econômica melhor e o trabalho educado estão disponíveis, mas a custos mais elevados. Muitos vilarejos e aldeias são atraentes para os investidores estrangeiros, por causa das conexões pessoais que ajudam a proteger seu investimento, da oferta abundante de terra e de trabalhadores rurais baratos excedentes, e de um ambiente menos regulado (Lin, 1997; Hsing, 1998). O controle local sobre o uso da terra e sobre o trabalho contribuiu para a predominância industrial das aldeias. Antes de 1985, a terra era de propriedade da coletividade rural, exceto terrenos localizados no município-sede e em certas cidades. As terras de propriedade coletiva são pertencentes e operadas por comissões de moradores, entidades econômicas das aldeias e / ou entidades econômicas dos vilarejos (Lin; Ho, 2005). Um projeto de desenvolvimento pode ser iniciado por investidores estrangeiros e governos locais em um nível superior, mas em algum ponto tem que ser aceito pela cidade ou aldeia onde se localiza. Para os investidores estrangeiros em Dongguan, negociar diretamente com os quadros locais da aldeia ou vilarejo pode economizar custos de transação desnecessários. Depois que Dongguan ascendeu administrativamente de um município em nível distrital em 1985 e, em seguida, a município prefeitura em 1988, a propriedade da terra baseada na coletividade rural manteve-se inalterada, e este tem sido um dos fatores importantes permeando o domínio industrial das aldeias e vilarejos. A ambigüidade na posse da terra rural é vista por alguns como uma abordagem “deliberadamente” adotada pelo regime de reforma para lidar com a incerteza da mercantilização (Ho, 2001). No entanto, isso também se tornou uma fonte de conflitos e descontentamentos sociais, especialmente quando a propriedade coletiva é transformada em propriedade de quadros de oficiais sujeita à manipulação pessoal, muitas vezes em detrimento dos interesses coletivos dos agricultores (Cai, 2003; Lin; Ho, 2005).

CIDADANIA LOCAL

Com uma população de 1,66 milhões e uma população migrante mais de três vezes maior, Dongguan colocou em prática um sistema social peculiar em que a prestação de serviços sociais e os direitos são polarizados entre a população local com registro de domicílio local (*hukou*) e a população migrante ou “população temporária” (*zanzhu renkou*), que são tratados como *outsiders*. Sob este sistema instituído localmente, o direitos e a exclusão são determinados mais por direitos de cidadania a nível local do que por instituições nacionais. Esse sistema desconecta os direitos de cidadania da presença

física. Aos trabalhadores migrantes fisicamente presentes em Dongguan são negados muitos direitos, enquanto que a população local com um *hukou* de Dongguan é privilegiada, independentemente da sua presença física.

A questão do direito e da exclusão tem sido sempre uma questão sensível sobre a qual é difícil obter informação detalhada. Em 2004, a Associação dos Trabalhadores de Guangdong (*Guangdongsheng zong gonghui*) realizou um levantamento dos direitos e benefícios dos trabalhadores migrantes, sendo Dongguan um dos três locais da pesquisa. Já foi bem documentado que os trabalhadores migrantes muitas vezes ocupam a camada inferior do mercado de trabalho intensamente segmentado da China pós-reforma (Chan, 1996; Pun, 1999; Solinger, 1999; Fan, 2002). O levantamento documentou a segmentação forasteiro-nativo no mercado de trabalho. A maioria dos trabalhadores migrantes foi encontrada em três grandes setores econômicos: construção, manufatura e serviços. No total, 58% dos trabalhadores migrantes foram contratados como mão-de-obra de fábricas e serviços e muito poucos (15%) tinham empregos gerenciais. Mais impressionantes são os achados nas diferenças salariais. A maioria dos trabalhadores migrantes (mais de 76%) obteve um salário mensal de menos de 1.000 *yuan* e o salário médio mensal foi de 920 *yuan*, cerca de metade do salário médio (1.675 *yuan*) auferido pelos trabalhadores locais (Associação dos Trabalhadores da Província de Guangdong, 2005). A exclusão de migrantes de um emprego mais compensador foi muitas vezes realizada através da preferência por nativos, de modo que os benefícios da cidadania concedidos aos trabalhadores migrantes são claramente diferentes daqueles desfrutados pela população local, apesar da cidadania nacional comum. Na verdade, mais de 55,5% dos trabalhadores migrantes tinha ficado em sua localidade escolhida como “residência temporária” por mais de 3 anos, e 35,9% eram residentes há mais de cinco anos (Associação dos Trabalhadores da Província de Guangdong, 2005).

O levantamento também revelou uma alta mobilidade de trabalho entre os imigrantes. Mais de 65% relataram mudar de emprego durante a sua “residência temporária” e 50% relataram duas ou mais mudanças no trabalho. A alta mobilidade de trabalho levou a duas interessantes práticas locais, estruturadas pela cidadania local. Em primeiro lugar, muitos empregadores propositalmente atrasavam o pagamento do salário de trabalhadores migrantes, como forma de reter os trabalhadores ou penalizar aqueles que deixavam o trabalho. Isto foi particularmente evidente na indústria da construção, em que 35% dos trabalhadores migrantes relataram não receber seus salários em dia. Em segundo lugar, a alta mobilidade do trabalho ou instabilidade do emprego tem efetivamente desqualificado muitos trabalhadores migrantes dos seus direitos junto ao sistema nacional de seguridade social, que inclui aposentadoria e seguro médico. De acordo com a política nacional, o empregador e o empregado devem contribuir para um fundo cumulativamente por pelo menos 15 anos, antes do empregado poder sacar a pensão.

Quando um empregado muda de emprego, lhe é permitido sacar o que é de direito ou manter o plano para uma futura renovação com um novo emprego. Esta política nunca foi efetivamente implementada em Dongguan, onde a mobilidade do trabalho é tão alta. Em vez disso, a prática local tem sido cancelar o plano de aposentadoria, quando a relação empregador-empregado é rescindida, resultando num círculo vicioso de aderir e cancelar o plano de aposentadoria repetidamente, sempre que os migrantes mudam de emprego. Uma vez que poucos, ou quase nenhum, dos migrantes são capazes de atender ao limite de 15 anos de contribuição cumulativa, a maioria dos trabalhadores migrantes não receberá uma pensão quando ficarem velhos. Além disso, a rede de seguridade social existente cobre apenas cidades e zonas metropolitanas e não inclui as áreas rurais. Já que a esmagadora maioria dos trabalhadores migrantes (80,6%) detêm um *hukou* rural, eles não podem reivindicar benefícios quando eles retornam ao seu local de origem, mesmo que tenham contribuído para o plano de aposentadoria. Conseqüentemente, a maioria dos trabalhadores migrantes entrevistados relatou que o principal problema enfrentado era a exclusão da rede de seguridade social, seguido pela falta de formação, a falta de segurança no trabalho e a discriminação (Associação dos Trabalhadores da Província de Guangdong, 2005). O acesso e a exclusão dos direitos de cidadania têm sido claramente determinados por instituições e práticas locais. Tais práticas excludentes e exploradoras podem estar começando a minar a própria viabilidade da região, na medida que, recentes relatos sugerem que o influxo de migrantes tem diminuído em todo o delta do Rio das Pérolas (Chan, 2005).

TRANSLOCALIDADE

O surgimento do capitalismo em uma economia rural sob o socialismo demonstrou elementos críticos da inter-relação da globalização com o urbanismo. Por um lado, o capitalismo global tem promovido um processo de urbanismo com características especiais, distintas da localidade. Por outro lado, projetos translocalistas de mudança escalar têm sido cada vez mais vistos pelos governos locais como uma estratégia de fabricação dos lugares para atrair ou fixar espacialmente o capital móvel e enfrentar a intensa concorrência das economias rivais.

O capital, a tecnologia e o emprego trazidos para Dongguan por empresas de processamento de exportação desencadearam uma dinâmica abrangente de transformação local. Até o final de 2002, um total acumulado de 10.035 empresas de processamento de exportação estava funcionando, além das outras 5.428 empresas de investimento estrangeiro que tinham sido estabelecidas. Esses estabelecimentos orientados para a exportação trouxeram para Dongguan um capital estrangeiro utilizado total de 17,3 bilhões de dólares norte-americanos e importaram maquinário moderno no valor de 12,51

bilhões de dólares (Bureau de Estatística de Dongguan, 2003). Mais de 1,43 milhões de trabalhadores foram empregados diretamente por empresas de processamento e 1,08 milhões por empreendimentos estrangeiros em 2002. Isto significa que o número total de trabalhadores (2,5 milhões) empregados diretamente por empresas de processamento de exportação e empreendimentos estrangeiros ultrapassou a população local (*hukou*) total (1,56 milhões). A demanda por trabalho atraiu um afluxo de trabalhadores migrantes três vezes maior que o da mão-de-obra local para preencher a lacuna. Os impostos e taxas de processamento pagos por empresas estrangeiras e empresas de processamento de exportação tornaram-se uma das mais importantes fontes de receita. No topo de vários impostos recolhidos de empresas estrangeiras, os governos locais, em vários níveis, coletaram 1,74 bilhões de dólares em taxas de empresas de processamento de exportações em 2002. Enquanto a arrecadação e distribuição dos tributos estão sujeitos à regulamentação central, as taxas de processamento são normalmente transferidas para os governos locais no nível da aldeia ou do vilarejo para seu próprio consumo, distribuição para os moradores locais e investimento. O influxo de capital transnacional e de trabalhadores migrantes alterou profundamente o modo de vida da população local, que era de camponeses até recentemente.

A escala e velocidade da industrialização e urbanização resultantes em Dongguan têm sido fenomenal, como evidenciado na Tabela 2. Na véspera das reformas econômicas de 1978, Dongguan era uma economia agrária, com 72% da força de trabalho laborando no setor econômico primário. A renda *per capita* rural era inferior a 150 *yuan* ao ano. Enquanto a população local cresceu apenas de 1,1 a 1,6 milhões em 27 anos, a população não-agrícola aumentou de 17% do total para 40% (Tabela 2). Entre 1978 e 2005, o emprego no setor primário caiu de 72% para 9%, enquanto os setores secundário e terciário ampliaram sua participação de apenas 28% para 91%. A terra cultivada encolheu drasticamente de 79 para 33.5 mil hectares entre 1980 e 2005, enquanto que a área construída urbana expandiu de 2,3 para cerca de 66 mil hectares (Tabela 2). Para o transporte eficiente de bens, a rede viária local foi ampliada e melhorada, o seu comprimento total mais do que duplicou, de 1.259 para 2.871 km, entre 1978 e 2005. Em 2000, Dongguan ficou em primeiro lugar entre todos os municípios provinciais chineses em termos de densidade rodoviária (102 quilômetros por 100 quilômetros quadrados). Dongguan também teve uma notável penetração de telefones celulares, com mais de 10 milhões de usuários em 2005, superando por uma grande margem a sua população não-migrante. Finalmente, a produtividade do trabalho mostrou um crescimento constante assim como a renda per capita (Tabela 2).

Apesar da influência do capitalismo global, o processo de fabricação de lugares [*place-making*] em curso em Dongguan revela configurações locais específicas na industrialização da economia rural e urbanização do campo. Embora tenha havido desenvolvimento imobiliário nas cidades selecionadas

para atrair residentes de Hong Kong, a principal força motriz para o desenvolvimento urbano aqui tem sido a industrialização dirigida às exportações. A maioria esmagadora do investimento estrangeiro usado, variando de 87% a 98%, foi feito no setor industrial (Bureau estatístico de Dongguan, 2004. 342). Todas as dimensões da urbanização contemporânea de Dongguan devem ser entendidas em relação ao crescimento de ligações externas e à industrialização orientada para a exportação.

Tabela 2 Mudança demográfica, econômica e social em Dongguan, 1978-2005

	1978	1980	1990	1995	2000	2005
População (milhões)	1,11	1,12	1,32	1,44	1,53	1,66
Não-agrícola (%)	16,62	17,60	23,41	24,63	25,96	39,75
População migrante (milhões)	N/A	N/A	0,66	1,42	2,55	5,85
Densidade populacional (pessoas/km ²)	451	457	801	1.160	1.652	3.047
Emprego (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário	71,6	64,1	36,2	23,3	19,4	8,56
Secundário	16,8	24,6	40,6	46,9	48,2	45,55
Terciário	11,6	11,3	23,2	29,7	32,4	45,89
Terra cultivada (milhares ha)	78,92	78,49	58,84	47,24	44,22	33,54
Área urbana construída (milhares ha)	-	2.387	-	8.248	14.768	65.717
PIB (bilhões Yuan)	0,611	0,704	6,46	20,56	49,27	218,16
PIB <i>per capita</i> (Yuan/pessoa) (inclui migrantes)	553	627	3.263	7.189	12.076	29.050
Densidade de auto-estradas (km/100 km ²)	-	49,70	53,75	94,40	102,15	116,47
Renda disponível residente urbano (Yuan/pessoa)	-	-	2.508	9.588	14.142	22.882
Renda rural <i>per capita</i> (Yuan/pessoa)	149	266	1.359	3.988	6.731	9.842

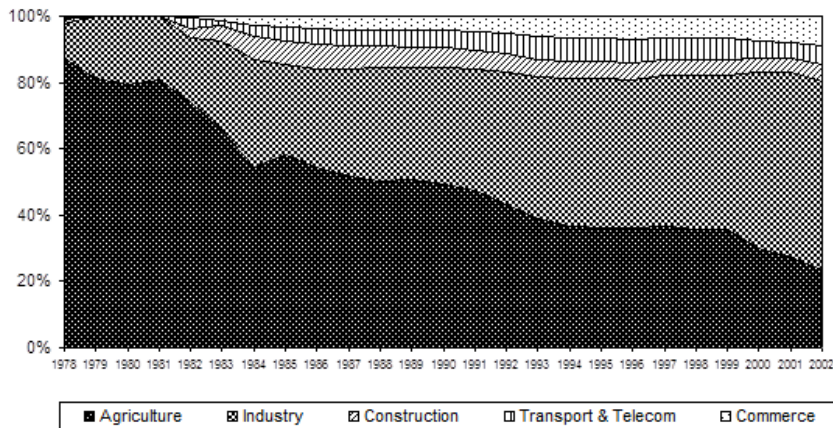
Fonte: Bureau de Estatística de Dongguan (2006, p. 147, 177, 180, 411)

Houve uma integração específica das atividades industriais e urbanas nas economias agrícolas e nas ocupações das famílias rurais. Uma vez que o crescimento das indústrias de processamento de exportação e do urbanismo transnacional baseiam-se na escala da aldeia ou vilarejo, muitos membros da população agrícola estão diversificando suas ocupações e mudando para atividades não-agrícolas mais lucrativas, incluindo o lucro provindo de várias fontes de aluguel. Essa diversificação é possibilitada por uma divisão de trabalho flexível. Em uma típica casa de fazenda, o cultivo da fazenda pode ser subcontratado para trabalhadores migrantes ou cuidado pela esposa ou pelos idosos. O marido, o filho e filha podem se envolver em atividades não-agrícolas mais lucrativas. A divisão do trabalho também ocorre em uma base sazonal. Frequentemente, os camponeses vão se concentrar na produção agrícola durante os períodos de plantio e colheita, quando a demanda por mão-de-obra na fazenda é alta. Em seguida, eles irão mudar para atividades não-agrícolas no resto do ano. O resultado desta divisão do trabalho doméstico é uma mistura de atividades agrícolas e não-agrícolas, urbanas e

rurais, o que torna cada vez mais difícil distinguir as populações agrícolas das não-agrícolas ou os assentamentos urbanos dos rurais.

Grande parte da população local, que é oficialmente “rural”, está de fato envolvida em uma variedade de atividades não-agrícolas. A Figura 4 mostra a cambiante estrutura ocupacional da força de trabalho rural de Dongguan.

Figura 4 Estrutura ocupacional da força de trabalho rural de Dongguan, 1978-2002



Fonte: Bureau de Estatística de Dongguan, 2003, p. 112

Quando as reformas econômicas foram iniciadas em 1978, a grande maioria da população estava envolvida em atividades agrícolas. Desde então, a atividade agrícola, em percentagem da ocupação total da força de trabalho rural, diminuiu de 84% para apenas 20%. Em 2002, a maioria dos trabalhadores rurais tinha se deslocado para setores não-agrícolas como a indústria, o comércio, os transportes e telecomunicações e a construção. Esta força de trabalho rural é considerada “rural”, porque ela se encontra em assentamentos rurais e tem um *hukou* rural. Em outras palavras, aqueles que vivem em assentamentos rurais estão agora se ocupando de uma ampla gama de atividades mais associadas às sociedades urbanas. A maior diversidade ocupacional e o crescimento da urbanização nas áreas rurais também podem ser detectados a partir de uma análise das receitas e despesas dos domicílios rurais. Enquanto a renda básica por domicílio aumentou de forma constante de 30.841 para 42.676 *yuan* entre 1996 e 2004, a agricultura como uma parte da renda familiar rural (excluindo salários e honorários) caiu dramaticamente de 71% para 12%, sendo o saldo obtido de fontes não-agrícolas. As fontes de renda que obtiveram o maior aumento são a indústria, o transporte, o serviço alimentício [*catering*] e serviços. A renda doméstica rural tornou-se muito mais diversificada. As despesas também mostram mudanças interessantes.

Despesas com alimentos, como parte do total, diminuíram de cerca de 40% para 26%, enquanto que os gastos com habitação, transportes e telecomunicações, lazer e saúde tiveram uma expansão (Tabela 3). A intensa mistura de atividades industriais e agrícolas, ou urbanas e rurais, prevista por McGee (1991) e Ginsburg (1990), parece estar surgindo em Dongguan.

Tabela 3 Renda e despesa domiciliar rural em Dongguan, 1996-2004

	1996		2000		2004	
	Renda média por domicílio	%	Renda média por domicílio	%	Renda média por domicílio	%
Renda total (Yuan)	40.064	100,0	47.115	100,0	58.530	100,0
Renda básica	30.841	76,9	34.887	74,0	42.676	72,9
Honorários/salários	7.590	18,9	21.866	46,4	32.187	55,0
Renda familiar	23.251	58,0	13.021	27,6	10.489	17,9
Agricultura	16.412	70,6	6.297	48,3	1.240	11,8
Negócios adicionais [<i>side-line</i>]	1.874	8,0	-	0,0	-	0,0
Indústria	253	1,1	2.028	15,6	3.271	31,2
Construção	2.153	9,3	582	4,5	391	3,7
Transporte	213	0,9	630	4,8	1.981	18,9
Comércio	269	1,2	1.629	12,5	988	9,4
Serviço alimentício	957	4,1	1.610	12,4	1.542	14,7
Serviços	1.120	4,8	245	1,9	1.076	10,3
Outras receitas*	9.223	23,1	12.228	26,0	15.854	27,1
Despesas	35.031	100,0	28.614	100,0	50.248	100,0
Alimentação	14.010	40,0	12.853	44,9	13.137	26,1
Vestuário	320	0,9	1.192	4,2	1.356	2,7
Habitação	13.790	39,4	6.595	23,0	23.747	47,3
Utilidades domésticas	2.587	7,4	889	3,1	1.295	2,6
Saúde	575	1,6	966	3,4	2.078	4,1
Transporte & telecomunicações	658	1,9	2.644	9,2	2.959	5,9
Lazer	882	2,5	2.711	9,5	4.301	8,6
Outros	2.209	6,3	764	2,7	1.375	2,7

* Outras receitas incluindo remessas ao exterior, taxas de remuneração da terra, aluguel, juros e dividendos.

Fontes: Bureau Estatístico de Dongguan (1998, p. 383-4; 2001, p. 501-2; 2005, p. 337-8).

As inter-relações entre o capitalismo global e as estratégias de desenvolvimento local podem ser vistas na política de fabricação dos lugares, promoção dos lugares e competição entre os lugares. Os governos locais têm negociado de forma pró-ativa com o capitalismo global através do engajamento em projetos de mudança escalar [*rescaling*]. Até recentemente, a alocação do investimento estrangeiro e de atividades de processamento de exportação tinha ocorrido principalmente ao longo da rodovia Guangzhou-Shenzhen, que atravessa a parte oriental de Dongguan (ver Figura 1). Esta rodovia pedagiada foi construída pelo desenvolvedor Gordon Wu de Hong Kong na década de 1980 e as suas tarifas de pedágio eram altas para os padrões locais. Para reduzir o custo de transporte, a fim de atrair e reter investimento estrangeiro, o governo municipal mobilizou 1,74 bilhões de *yuan*s e começou a construir

uma estrada alternativa ligando Dongguan com Shenzhen e Hong Kong (Figura 1). Concluída em 2000, esta foi a primeira rodovia da China completamente planejada e construída com investimento de um município prefetural e sem qualquer insumo central ou de governos provinciais. Em razão da Rodovia Dongguan-Shenzhen ter sido construída localmente e oferecer uma alternativa mais barata, novos investimentos estrangeiros moveram-se para a ala oeste de Dongguan, dando origem a um padrão espacial mais diversificado e equilibrado. Este é apenas um exemplo de como os governos locais têm tido uma abordagem pró-ativa para fortalecer a competitividade e enfrentar os desafios de seus rivais no mercado interno e internacional. Apesar da enorme influência de forças globais, os governos locais em Dongguan conseguiram achar seus caminhos próprios para orientar a construção de infraestrutura e a reconstrução do espaço.

A intensificação da concorrência entre os municípios chineses pelo capital global nos últimos anos obrigou Dongguan a procurar formas alternativas para fixar espacialmente o capital móvel. Desde 1979, Dongguan tem assumido a liderança entre todos os municípios chineses na atração de capital estrangeiro e nas exportações. Esta situação alterou-se recentemente, já que Suzhou e outros locais no delta do rio Yangtze começaram a atrair uma maior proporção de investimento estrangeiro e produção para exportação, colocando grandes desafios para Dongguan. Até 2003, Dongguan mantinha a terceira posição, entre todos os municípios chineses, no volume de exportações, ao lado apenas de Shenzhen e Xangai. Quando Suzhou alcançou a posição de Dongguan, em 2003, tornando-se o terceiro centro mais importante de exportações, as autoridades locais em Dongguan ficaram muito alarmadas e re-avaliaram as suas vantagens comparativas. A comparação entre Dongguan e o seu formidável rival Suzhou levou as autoridades a reconhecer que Suzhou tinha um ambiente construído e urbanizado de forma mais atraente, enquanto Dongguan parecia ter sofrido com o seu padrão de urbanização dispersa, sem um ambiente de centro urbano capaz de atrair a sede de empresas multinacionais. Uma nova estratégia de re-escala foi então adotada para “agrupar as indústrias em parques e organizar as empresas em zonas” (*gongye jinyuan qiye jinqu*). Para facilitar essa concentração de instalações industriais e a criação de um ambiente urbanizado, os governos municipais aumentaram substancialmente o investimento em capital para a construção, de 9,7 para 26,2 bilhões de yuans durante 2003-5. A área construída urbana expandiu-se de 14.768 para 65.717 hectares durante 2000-5. O Parque Industrial de Ciência e Tecnologia do Lago de Songshan, um mega-projeto financiado pelo governo municipal, situa-se no centro do município e cobre uma grande área de terra de 7.200 hectares. A construção começou em 2002, com um investimento de capital de 1,5 bilhões de yuans, mais o investimento estrangeiro de 2,3 bilhões de dólares norte-americanos. As empresas nesta zona gozam de isenção de taxas administrativas e de um procedimento de

autorização simplificado que pode ser concluído no prazo de cinco dias úteis. A idéia era criar um ambiente modernizado propício para enclaves [*clusters*] e aglomerações industriais, a fim de superar as desvantagens perceptíveis associadas à industrialização dispersa baseada no nível da aldeia. Até o final de 2003 um total de 150 empresas já tinham manifestado interesse no parque industrial. Ainda falta saber quão eficaz será a nova abordagem de industrialização concentrada no fortalecimento da competitividade de Dongguan. Parece certo, contudo, que o desenvolvimento urbano e uma paisagem urbana mais atraente já foram percebidos e adotados como uma estratégia para “fixar” o capital móvel em um ambiente competitivo. É interessante notar que muitos dos estabelecimentos industriais com maior intensidade de capital e tecnologia recém-atraídos estão agora localizados na parte sul-oriental do município, separados da localização anterior das empresas de trabalho intensivo no corredor da borda ocidental. Dado tempo suficiente, um espaço urbano-industrial de duas vias vai surgir, caracterizado pela coexistência de indústrias de trabalho e capital intensivos.

CONCLUSÃO

A tecnologia e um clima em que a inovação organizacional é vista como necessária para lidar com uma economia global em rápida mutação incentiva atores e instituições a lançar iniciativas que modificam a escala em que as práticas eram anteriormente realizadas e geridas. Mas isso envolve muito mais do que apenas mover para cima ou para baixo as hierarquias escalares pré-existentes. Trabalhos recentes têm explorado essas dinâmicas, mas às vezes parecem alargar o conceito de escala a um ponto em que a sua utilidade torna-se questionável. Precisamos, por exemplo, fundir redes com escala? Será que a atração da análise escalar acabou por trazer o caos ao conceito de escala, com os pressupostos sobre hierarquia e determinação estrutural de cima para baixo sendo contrabandeados de volta (Marston *et al.*, 2005)? Respondemos a esses debates sugerindo que nos concentremos em uma posição intermediária para a teoria escalar, restringindo a escala aos casos em que um limite espacial é projetado sobre o espaço geográfico e social, distinguindo explicitamente entre o que está dentro e o que está fora. Ao nos concentrarmos em três variedades distintas, mas mutuamente implicadas de localismo em Dongguan, nós demonstramos que os atores e instituições desenham suas redes de inclusão e exclusão em formas que dividem o espaço de maneiras muito diferentes, com diversos resultados, ao mesmo tempo em que mantêm certas semelhanças discursivas.

O caso de Dongguan demonstrou como as mudanças de escala são lançadas em nível basilar [*grassroots*], em resposta à intensificação da concorrência dentro e fora da economia política socialista reformada. Estas iniciativas vão além da reorganização escalar do poder na hierarquia administrativa

territorial, embora isso também aconteça. Elas também diferem da descentralização do poder de cima para baixo, embora sejam ativadas por essa descentralização. A existência de amplas conexões sociais entre Dongguan e investidores capitalistas do exterior oferecem condições favoráveis para que indivíduos e quadros empresariais locais sejam capazes de ultrapassar escalas e articular-se diretamente com os agentes e as oportunidades do capitalismo global. Por outro lado, a exposição ao risco do contexto socialista tem encorajado os capitalistas globais a buscar a proteção oferecida pelas relações sociais localmente situadas, resultando na acomodação e na aliança entre condições e instituições globais e locais. Nossa análise das estatísticas industriais identificou um padrão no qual as aldeias figuram como a escala mais importante para a produção industrial, mas somente a construção eficaz de ponte com os agentes translocais fizeram tais estratégias viáveis.

As mudanças escalares produzidas em Dongguan são caracterizadas por notável seletividade e flexibilidade. Os direitos de cidadania, tais como transferências de renda, ocupação e redes de seguridade social, são determinados localmente, independentemente da regulamentação nacional e da presença física dos indivíduos. Ao mesmo tempo, os capitalistas transnacionais foram ativamente procurados por moradores para formar alianças pró-crescimento. Trabalhadores migrantes localmente presentes são excluídos dos direitos de cidadania ao mesmo tempo em que capitalistas transnacionais de fora são incluídos ou recrutados em uma identidade recém-imaginada e afirmada. A escala pode, portanto, ser efetivamente reduzida e comprimida dentro de um vilarejo ou de uma fábrica, distinguindo inclusos e excluídos das definições locais de cidadania. Ela também pode ser ampliada para além do limite territorial nacional na busca de fabricação dos lugares [*place-making*] e do urbanismo transnacional. Os três tipos de iniciativas localistas de mudança escalar de baixo para cima [*rescaling from below*] em Dongguan são mutuamente constituídos. A imbricação do capitalismo global com as relações sociais pré-existentes (capitalismos locais) moldou e foi moldada pela translocalidade. Ao mesmo tempo, a cidadania local mostra-se como um complexo institucional crucial para o capitalismo local e a translocalidade. Estas iniciativas de mudança escalar estão, portanto, interligadas e são partes conjuntamente integrantes das estratégias de desenvolvimento formuladas em Dongguan no momento em que esta cidade-região tenta estabelecer, manter e consolidar a sua posição como uma peça importante na industrialização dirigida às exportações na China e num mercado global cada vez mais estruturado pelo “preço chinês”.

A experiência de Dongguan pode ser considerada um caso especial, no qual as iniciativas de desenvolvimento locais foram desenvolvidas de modo excepcional. Como a economia socialista reformada continua a integrar-se na economia global, mais práticas locais como estas podem ser substituídas por convenções e regulamentos internacionais. No entanto, a mercantilização e

globalização da economia de comando socialista tem intensificado muito a concorrência local, de modo que as cidades e regiões da China pós-reforma têm que constantemente se reposicionar para enfrentar os novos desafios colocados pelos seus rivais regionais e internacionais (Xu; Yeh, 2005). As iniciativas locais devem se tornar mais, em vez de menos, importantes no futuro. Algumas práticas iniciais de localismo podem estar desaparecendo, mas novos localismos e novas iniciativas de mudança escalar de baixo para cima estão sempre surgindo. Dada a variação regional da China e a grande diversidade cultural, pesquisas futuras devem comparar as iniciativas de mudança escalar localmente dirigidas em diferentes regiões, a fim de explorar a grande variedade existente, e se ela está aumentando ou retraindo.

RESUMEN

Las reformas económicas chinas cambiaron profundamente la escala en la que se hacen las cosas. Gran parte de la literatura que existe sobre escala se ha concentrado en las políticas de cambio escalar de arriba hacia abajo. Se ha escrito menos sobre iniciativas de cambio escalar desde abajo, enfoque de este estudio que distingue tres localismos importantes. El capitalismo local trata el capitalismo como subordinado a procesos sociales y políticos locales que le ofrecen condiciones fundamentales de existencia. La ciudadanía local ve procesos de concesión de derechos y de exclusión como realizados localmente y no desde estructuras nacionales. La translocalidad describe las formas como se hacen reivindicaciones relativas a la fidelidad de aquellos que poseen el capital, pero que tienen residencia en otros lugares, y la promoción del lugar desde la fabricación de imagen y de mejoras de la infraestructura física/social. Esos tres localismos distintos se sobreponen e interactúan en una variedad de formas para moldear un nuevo orden social y espacial en la China pós reforma. Un estudio detallado de las prácticas de localismo en la ciudad-región de Dongguan revela las formas en que el surgimiento del capitalismo ha sido dependiente de conexiones sociales pre-existentes y con base en pueblos y distritos. Los derechos de ciudadanía se polarizan entre la población *hukou* local y los trabajadores migrantes, independientemente de la definición nacional de red de seguridad social y de la presencia física de los individuos.

Palabras-clave: localismos, translocalidad, cambio escalar, ciudadanía.

ABSTRACT

Chinese economic reforms have profoundly changed the scale at which things get done. Much of the existing literature on scale has concentrated on the politics of rescaling from above. Less has been written about rescaling initiatives from below, the focus of this study. It distinguishes three important

localisms. Local capitalisms treat capitalism as subordinate to local social and political processes that provide crucial conditions of existence. Local citizenship sees processes of entitlement and exclusion as accomplished locally rather than through national frameworks. Translocality describes the ways in which claims are made on the loyalties of those possessing capital but residing elsewhere and the promotion of the place through image-building and physical/social infrastructural enhancements. These three distinct localisms overlap and interact in a variety of ways to shape a new social and spatial order in post-reform China. A detailed study of the practices of localism in the Dongguan city-region reveals the ways in which the emergence of capitalism has been dependent on pre-existing social connections and based on villages and townships. The entitlements of citizenship are polarized between the local hukou population and the migrant workers irrespective of the national definition of social safety net and regardless of the physical presence of the individuals.

Key-words: Localism. Rescaling. Citizenship. Capitalism.

REFERÊNCIAS

- Amin, A. (2002) **Spatialities of globalisation**. *Environment and Planning* 34.3, 385–99.
- Brenner, N., N. Theodore (2002) **Preface: From the ‘New Localism’ to the spaces of neoliberalism**. *Antipode* 34.3, p. 341–47.
- Cai, Y. (2003) **Collective ownership or cadres’ ownership? The non-agricultural use of farmland in China**. *The China Quarterly* 175, p. 662–80.
- Cartier, C. (2002) **Transnational urbanism in the reform-era Chinese city: landscapes from Shenzhen**, *Urban Studies* 39.9, p.1513–32.
- Cartier, C. (2005) **City-space: scale relations and China’s spatial administrative hierarchy**. In L.J.C. Ma and F. Wu (eds.), *Restructuring the Chinese city*. Routledge, London.
- Chan, A. (2005) **Recent trends in Chinese labour issues: signs of change**. *China Perspectives* 57, p. 23–31.
- Chan, K.W. (1996) **Post-Mao China: a two-class urban society in the making**. *International Journal of Urban and Regional Research* 20.1, p. 134–50.
- Chen, X. (2005) **As borders bend: transnational spaces on the Pacific Rim**. Rowman and Littlefield, Lanham, MD.
- Collinge, C. (2006) **Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward**. *Transactions of the Institute of British Geographers* 31, p.244–51.
- Cox, K.R. (1999) **Ideology and the growth coalition**. In A.E.G. Jonas and D. Wilson (eds.), *The urban growth machine*, State University of New York Press, Albany.
- Dongguan Yearbook Editorial Committee (2001) **Dongguan Yearbook 1997–2001**.

Dongguan Statistical Bureau (1998) **Dongguan Statistical Yearbook**. China State Statistical Press, Beijing.

Dongguan Statistical Bureau (2001) **Dongguan Statistical Yearbook**. China State Statistical Press, Beijing.

Dongguan Statistical Bureau (2003) **Dongguan Statistical Yearbook**. China State Statistical Press, Beijing.

Dongguan Statistical Bureau (2004) **Dongguan Statistical Yearbook**. China State Statistical Press, Beijing.

Dongguan Statistical Bureau (2005) **Dongguan Statistical Yearbook**. China State Statistical Press, Beijing.

Dongguan Statistical Bureau (2006) **Dongguan Statistical Yearbook**. China State Statistical Press, Beijing.

Fan, C.C. (2002) **The elite, the natives, and the outsiders**: migration and labor market segmentation in urban China. *Annals of the Association of American Geographers* 92.1, p. 103–24.

Fitzgerald, J. (1996) **Autonomy and growth in China**: county experience in Guangdong Province. *Journal of Contemporary China* 5.11, p. 7–22.

Ginsburg, N. (1990) **The urban transition**: reflections on the American and Asian experiences. The Chinese University Press, Hong Kong.

Gibson-Graham, J.K. (1996) **The end of capitalism (as we knew it)**. Blackwell, London.

Guangdong Population Census Office (GDPCO) (2002) **Tabulation on the 2000 Population Census of Guangdong Province**, Volumes 1-6. China State Statistical Press, Beijing.

Guangdong Province Workers Association (Guangdongsheng Zhong Gonghui Di Shi Ketu) (2005) **Gongdongsheng jingcheng wugong ren yuan laodong jingji quanyi wei hu he gonghui zujian xiangguan wenti de yanjiu** [A study of the issues concerning the protection of labor economic rights and worker association organization for rural to urban migrant workers in Guangdong Province]. Internal government document, Guangzhou.

Herod, A. and M.W. Wright (2002) **Placing scale**: an introduction. In A. Herod and M.W. Wright (eds.), *Geographies of power: placing scale*, Blackwell, Oxford.

Ho, P. (2001) **Who owns China's land?** Property rights and deliberate institutional ambiguity. *The China Quarterly* 166, p. 394–421.

Ho, S.P.S., G.C.S. Lin (2003) **Emerging land markets in rural and urban China**: policies and practices. *The China Quarterly* 175, p. 681–707.

Hoefle, S.W. (2006) **Eliminating scale and killing the goose that laid the golden egg?** *Transactions of the Institute of British Geographers* 31, p. 238–43.

- Hsing, Y.T. (1998) **Making capitalism in China: the Taiwanese connection.** Oxford University Press, New York.
- Lam, T.-C. (1999) **Institutional constraints, leadership and development strategies: Panyu and Nanhai under reform.** In J. H. Chung (ed.), *Cities in China: recipes for economic development in the reform era*, Routledge, London.
- Latham, A. (2002) **Rethorizing the scale of globalization: topologies, actor-networks, and cosmopolitanism.** In A. Herod and M.W. Wright (eds.), *Geographies of power: placing scale*, Blackwell, Oxford.
- Leitner, H., B. Miller (2007) **Scale and the limitations of ontological debate: a commentary on Marston, Jones and Woodward.** *Transactions of the Institute of British Geographers* 32, p. 116–25.
- Leitner, H., E. Sheppard (1998) **Economic uncertainty, inter-urban competition and the efficacy of entrepreneurialism.** In T. Hall and P. Hubbard (eds.), *The entrepreneurial city*, John Wiley and Sons, Chichester.
- Leitner, H., C. Pavlik, E. Sheppard (2002) **Networks, governance and the politics of scale: inter-urban networks and the European Union.** In A. Herod and M.W. Wright (eds.), *Geographies of power: placing scale*, Blackwell, Oxford.
- Leung, C.K. (1993) **Personal contacts, subcontracting linkages, and development in the Hong Kong-Zhujiang Delta region.** *Annals of the Association of American Geographers* 83.2, p. 272–302.
- Lin, G.C.S. (1997) **Red capitalism in South China: growth and development of the Pearl River Delta.** University of British Columbia Press, Vancouver.
- Lin, G.C.S. (2007) **Chinese urbanism in question: state, society, and the reproduction of urban spaces.** *Urban Geography* 28.1, p. 7–29.
- Lin, G.C.S. and S.P.S. Ho (2005) **The state, land system, and land development processes in contemporary China.** *Annals of the Association of American Geographers* 95.2, p. 411–36.
- Lin, G.C.S., P.H.M. Tse (2005) **Flexible sojourning in the era of globalization: cross-border population mobility in the Hong Kong-Guangdong border region.** *International Journal of Urban and Regional Research* 29.4, p. 867–94.
- Lin, N. (1995) **Local market socialism: local corporatism in action in rural China.** *Theory and Society* 24, p. 301–54.
- Ma, L.J.C. (2002) **Urban transformation in China, 1949–2000: a review and research agenda.** *Environment and Planning A* 33.9, p. 1545–69.
- Ma, L.J.C. (2005) **Urban administrative restructuring, changing scale relations and local economic development in China.** *Political Geography* 24.44, p. 477–97.
- Marston, S.A. 2000 **The social construction of scale.** *Progress in Human Geography* 24, p. 219–42.
- Marston, S.A., J.P. Jones, K. Woodward (2005) **Human geography without scale.**

Transactions of the Institute of British Geographers 30, p. 416–32.

McGee, T.G. (1991) **The emergence of desakota regions in Asia**: expanding a hypothesis. In N. Ginsburg, B. Koppel and T.G. McGee (eds.), *The extended metropolis*, University of Hawaii Press, Honolulu.

Miller, B. (1997) **Political action and the geography of defense investment**: geographical scale and the representation of the Massachusetts miracle. *Political Geography* 16.2, p. 171–85.

Moore, S.F. (1978) **Law as process**: an anthropological approach. Routledge and Kegan Paul, London.

O'Brien, K., L. Li. (2006) **Rightful resistance in rural China**. Cambridge University Press, Cambridge.

Oi, J. (1992) **Fiscal reform and the economic foundations of local state corporatism in China**. *World Politics* 45.1, p. 99–126.

Olds, K., H.W.C. Yeung (1999) **Reshaping 'Chinese' business networks in a globalising era**. *Environment and Planning D: Society and Space* 17.5, p. 535–55.

Ong, A. (2006) **Neoliberalism as exception**: mutations in citizenship and sovereignty. Duke University Press, Durham.

Pun, N. (1999) **Becoming dagongmei (working girls)**: the politics of identity and difference in reform China. *The China Journal* 42, p. 1–18.

Scott, J.C. (1998) **Seeing like a state**: how certain schemes to improve the human condition have failed. Yale University Press, New Haven.

Shen, J. (2005) **Space, scale and the state**: reorganizing urban space in China. In L.J.C. Ma and Fulong Wu (eds.), *Restructuring the Chinese city*, Routledge, London.

Shen, J., K.Y. Wong, D.K.Y. Chu. (2001) **Regional economic growth and factor contributions in the Zhujiang Delta region of south China**. *Asian Geographer* 20.1/2, p. 125–51.

Smart, A. (1995) **Local capitalisms**: situated social support for capitalist production in China. Occasional paper no. 121, Department of Geography, Chinese University of Hong Kong.

Smart, A. (1998) **Economic transformation in China**: property regimes and social relations. In J. Pickles and A. Smith, (eds.), *Theorising transition: the political economy of post-communist transformations*, Routledge, London.

Smart, A. (1999) **Predatory rule and illegal economic activities**. In J.M. Heyman (ed.), *States and illegal practices*. Berg, Oxford.

Smart, A. (2000) **The emergence of local capitalisms in China**: Overseas Chinese investment and patterns of development. In S.L. Li and W.S. Tang (eds.), *China's regional development*, Chinese University Press, Hong Kong.

Smart, A., J.Y. Hsu (2004) **The Chinese diaspora, foreign investment and economic development in China**. *The Review of International Affairs* 3.4, p. 544–66.

Smart, A., G.C.S. Lin (2004) **Border management and growth coalitions in the Hong Kong transborder region**. *Identities: Global Studies in Culture and Power* 11.3, p. 377–96.

Smart A., J. Smart (1998) **Transnational social networks and negotiated identities in interactions between Hong Kong and China**. In M.P. Smith and L.E. Guarnizo (eds.), *Transnationalism from below*, Transaction Publishers, New Brunswick.

Smart A., J. Smart (2000) **Failures and strategies of Hong Kong firms in the PRC: an ethnographic perspective**. In H.W. Yeung and K. Olds (eds.), *The globalization of Chinese business*, Macmillan, New York.

Smart A., J. Smart (2001) **Local citizenship: welfare reform urban/rural status, and exclusion in China**. *Environment and Planning A*, 33.10, p.1853–69.

Smart A., J. Smart (2005) **Time-space punctuation: Hong Kong's border regime and limits on mobility**. Paper presented at Workshop on 'Chinese people on the move', Hong Kong University of Science and Technology, 20–22 October.

Smart, J., A. Smart (1991) **Personal connections and divergent economies: a case study of Hong Kong investment in China**. *International Journal of Urban and Regional Research* 15.2, p. 216–33.

Smart J., A. Smart (1993) **Obligation and control: employment of kin in capitalist labour management in China**. *Critique of Anthropology* 13.1, p. 7–31.

Smith, M.P. (2001) **Transnational urbanism: locating globalization**. Blackwell, Malden, MA.

Smith, N. (1996) **Spaces of vulnerability: the space of flows and the politics of scale**. *Critique of Anthropology* 16, p. 63–77.

Solinger, D.J. (1999) **Contesting citizenship in urban China**. University of California Press, Berkeley.

Thrift, N. (1994) **On the social and cultural determinants of international financial centres: the case of the City of London**. In S. Corbridge, N. Thrift and R. Martin (eds.), *Money, power and space*, Blackwell, Oxford.

Tsai, L.L. (2002) **Cadres, temple and lineage institutions, and governance in rural China**. *The China Journal* 48, p. 1–27.

Tsing, A. (2000) **The global situation**. *Cultural Anthropology* 15.3, p. 327–60.

Uitermark, J. (2002) **Re-scaling, 'scale fragmentation' and the regulation of antagonistic relationships**. *Progress in Human Geography* 26.6, p. 743–65.

Unger, J., A. Chan (1999) **Inheritors of the boom: private enterprise and the role of local government in a rural south China township**. *The China Journal* 42, p. 44–74.

Wright, S. (2005) **Knowing scale: intellectual property rights, knowledge spaces and the production of the global**. *Social and Cultural Geography* 6.6, p. 903–21.

Xu, J., Yeh, A.G.O. (2005) **City repositioning and competitiveness building in regional development: New development strategies in Guangzhou, China**. *Inter-*

national Journal of Urban and Regional Research 29.2, p. 283–308.

Yang, D. (2004) **Remaking the Chinese leviathan**. Market transition and the politics of governance in China. Stanford University Press, Stanford.

Zhu, J. (2002) Urban development under ambiguous property rights: a case of China's transition economy. *International Journal of Urban and Regional Research* 26.1, p. 41–57.